

■ ANÁLISES & PERSPECTIVAS

Consequências de uma política social mal direcionada

Marcelo Neri*

De uma maneira geral, a política social pode ser analisada tanto pela quantidade dos recursos envolvidos como pela qualidade da sua aplicação. Quanto à capacidade de mobilização de recursos, o Brasil aloca aproximadamente 20,9% do seu PIB em gastos sociais, aí incluindo as três esferas de governo. Esta cifra coloca o País na dianteira latino-americana, superando países com PIB per capita inferior e de longa tradição social, como a Costa Rica, por exemplo. A média dessa relação numa amostra de nove outros países da região é de 12,5%. Nesse sentido, pode-se afirmar, com relativa segurança, que pelo menos para padrões continentais o Brasil não gasta pouco na área social.

Alguns têm enfatizado a ideia de que o Brasil gasta muito mal na área social. Em geral, a baixa qualidade dos gastos tem sido associada à sua regressividade, isto é, o fato de o Brasil direcionar pouco os recursos para a parte da população considerada genuinamente pobre. Discutimos aqui a existência de outro componente da baixa qualidade dos gastos sociais do governo brasileiro, qual seja, a baixa persistência dos seus efeitos. Quer dizer:

além de gastar pouco com as camadas sociais mais baixas da população, a política social do País também exerceria efeitos fugazes sobre as condições de vida dos brasileiros.

A avaliação da qualidade social dos gastos sociais, em geral, deve levar em conta o processo de repartição das diversas rendas no bojo das famílias. Por exemplo, o fato de a renda do aposentado poder beneficiar outros membros de sua família, como as crianças. Nesse sentido, o conceito mais adequado para aferir o nível de bem-estar social seria a renda domiciliar per capita dos indivíduos, que corresponde à soma da renda de todas as pessoas dos domicílios dividida pelo número total de moradores.

A renda domiciliar per capita média de pessoas acima de 60 anos corresponde a R\$ 343 ante R\$ 252 do conjunto da sociedade. Ou seja, os idosos brasileiros não constituem o segmento mais pobre da sociedade brasileira. A menor renda domiciliar per capita média se encontra no grupo com até 15 anos de idade: R\$ 166. A análise de um amplo espectro de indicadores sociais consolida a imagem das crianças como o grupo prioritariamente desfavorecido de nossa sociedade. O mesmo nível também existe quando se compara a diferença entre o número de

crianças com acesso aos serviços públicos e o de adultos e idosos com acesso ao mesmo serviço: 55% (crianças) diante de 64% (outras faixas etárias) em água encanada; 78% ante 84% em esgoto; e 66% diante de 73% em coleta de lixo. Nossas crianças seriam, portanto, nossos párias.

As injustiças sociais contra as crianças preocupam, principalmente pelas suas implicações a longo prazo. Afinal, estas crianças vão estar em algum momento no comando do nosso país. Dessa forma, programas voltados a este público, como merenda escolar, bolsa-escola, vacinação e, por que não, a difusão de práticas anticoncepcionais entre os mais pobres, deveriam aparecer no topo das prioridades nacionais. Em suma, as crianças são o grupo etário mais desfavorecido de nossa sociedade. Este viés contrário às crianças é confirmado em um amplo leque de indicadores sociais brasileiros. De maneira geral, ainda pouco se discute sobre a qualidade e quantidade de transferências

No Brasil, as crianças são o grupo menos favorecido da população, com a menor renda domiciliar per capita

intergeracionais existentes no caso brasileiro. De todas as formas, podemos apontar a baixa persistência dos efeitos da política social brasileira corrente sobre as condições de vida da população, pois a política previdenciária, que consome a maior parte dos gastos, é compensa-



tória por natureza; no sentido de finanças mais consumo que investimento. Esta política contrasta, por exemplo, com a política educacional de caráter

predominantemente estrutural. A vantagem das políticas compensatórias é a velocidade com que seus efeitos são sentidos, em contrapartida, temos como des-

vantagem a baixa persistência dos efeitos causados por esta política. Outro elemento de durabilidade da política social se refere à composição etá-

ria do seu público-alvo.

Transferências em direção às crianças tendem a exercer efeitos mais duradouros que para outras faixas etárias. Nesta perspectiva, investimentos em educação, cujo o principal alvo são as crianças, constituem os dispêndios sociais de efeito mais persistente. A melhora observada na taxa média de acesso a serviços públicos desde 1980 pode estar correlacionada à abertura política do Brasil. A redemocratização teria incentivado a classe dirigente a zelar mais pelos serviços prestados à sua clientela política. Como exemplo, a universalização da previdência rural promovida pela Constituição de 1988.

O problema, no caso das crianças, é que elas estão excluídas do mercado eleitoral. Nesse sentido, uma solução para aumentar o poder de barganha dos interesses infantis na definição das prioridades nacionais seria a introdução do voto das crianças, representadas pelas suas respectivas mães. Esta seria na classe das soluções utópicas para a miséria brasileira a que produziria efeitos sociais mais duradouros. ■

* Chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV.
E-mail: moneri@fgv.br